



200
04

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0233786-0 (N.P.U. 0050810-50.2008.8.17.0001)

Embargante: Marcelo Severino de Santana

Embargado: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PROCESSO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS. NORMA APLICÁVEL À ÉPOCA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. INSTITUTO DE NATUREZA MATERIAL. *TEMPUS REGIT ACTUM*. QUESTÃO ENFRENTADA EXAUSTIVAMENTE. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO.

1. Os embargos declaratórios não são meio hábil para reexame da matéria, sendo cabíveis apenas quando verificados os requisitos dispostos no art. 535 do CPC.
2. No caso em comento, o benefício de aposentadoria por invalidez acidentária, objeto da ação de revisão, foi concedido em 10.10.2002 (fls. 14).
3. Desta forma, não havendo procedimento administrativo, o termo *a quo* do prazo decadencial é o primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, ou seja, 01.11.2002.
4. Considerando que em 2002 vigorava a Medida Provisória nº 1.663-15, Lei 9.711/1998, que fixou a decadência de 05 (cinco) anos, esta deve ser aplicada, pelo princípio *tempus regit actum*, conforme bem elucidado na sentença vergastada.
5. O entendimento majoritário no Superior Tribunal de Justiça e neste E. Tribunal é o de que as citadas leis são normas de direito material, que dispõem sobre o “*fundo de direito*” e, desta maneira, são irretroativas.
6. O autor busca, tão somente, a rediscussão da matéria pertinente à ocorrência da decadência do direito de pleitear a revisão do benefício previdenciário concedido



209

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

há mais de cinco anos. Essa questão, foi exaustivamente tratada tanto na decisão terminativa como no julgamento colegiado do Recurso de Agravo, não havendo razão para se falar em omissão pelo fato de não haver menção expressa de artigos no acórdão do julgado, haja vista ter-se demonstrado de forma clara o entendimento de todo colegiado a respeito do assunto.

7. A alegação de omissão não procede, uma vez que o julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as alegações das partes, devendo, apenas, apreciar a matéria segundo suas convicções.
8. Omissão não caracterizada.
9. Embargos de Declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0233786-0, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



910
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0233786-0 (N.P.U. 0050810-50.2008.8.17.0001)

Embargante: Marcelo Severino de Santana

Embargado: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos para sanar omissão com efeitos infringentes e, subsidiariamente, prequestionar dispositivos legais, em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida em sede de apelo que negou provimento à Apelação mantendo a sentença de extinção do feito por reconhecimento da decadência.

Aduz a embargante que os presentes aclaratórios se prestam à supressão da omissão existente no acórdão, por não ter se pronunciado acerca dos artigos 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal, artigo 103 da Lei nº 8.213/91 e artigo 6º, *caput* e § 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, deixando de aplicá-los ou afastá-los no caso concreto, devendo ser sanada, produzindo efeitos infringenciais, a fim de prequestionar a matéria caso haja necessidade de interposição de recursos às instâncias superiores.

É o Relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

MM

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0233786-0 (N.P.U. 0050810-50.2008.8.17.0001)

Embargante: Marcelo Severino de Santana

Embargado: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

A questão deduzida no recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois o embargante pretende apenas a rediscussão da matéria *sub judice*, restando inviável a pretensão de prequestionamento.

A alegação de contradição não procede, uma vez que a decisão foi clara ao afirmar a ocorrência da decadência do direito da parte autora, tendo em vista o transcurso do prazo de 05 (cinco) anos, aplicável à espécie.

Com efeito, a decisão enfrentou todas as questões suscitadas com os fundamentos pertinentes, apenas não atendeu à tese defendida pelo embargante.

Com relação ao prequestionamento, aliás, este não criou nova espécie de recurso, não estando o juiz obrigado a examinar cada dispositivo legal, bastando que examine as questões jurídicas debatidas nos autos.

Este é o entendimento pacífico no STJ, como a seguir é ilustrado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EFEITO INFRINGENTE. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA E DE REALIZAR QUESTIONAMENTOS. INVIABILIDADE. DISCUSSÃO DE MATÉRIAS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. 1. O cabimento dos embargos de declaração está disciplinado no artigo 535 do Código de Processo Civil, sendo que a inexistência dos vícios ali consagrados importam no desacolhimento da pretensão integrativa. 2. "A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de discutir temas constitucionais, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida" (EDcl no MS

ESM



212
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

11.484/DF, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 2/10/2006). 3. Tampouco pode ser admitida a via integrativa com a finalidade de a parte realizar questionamentos em defesa de seu ponto de vista. 4. Embargos de declaração rejeitados. EDcl na SEC 1 / EX. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. CE - CORTE ESPECIAL. DJe 09/08/2012. (grifei)

O autor busca, tão somente, a rediscussão da matéria pertinente ao instituo decadenial.

Essa questão, foi exaustivamente tratada tanto na decisão terminativa como no julgamento colegiado do Recurso de Agravo, não havendo razão para se falar em contradição ou omissão pelo fato de não haver menção expressa de artigos no acórdão do julgado, haja vista ter-se demonstrado de forma clara o entendimento de todo colegiado a respeito do assunto.

Com relação à supostas omissões no tratamento de dispositivos legais, cumpre esclarecer, ainda, que o julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as alegações das partes.

Nesse sentido, segue a jurisprudência dominante do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO. INCONFORMAÇÃO COM A TESE ADOTADA PELA SEGUNDA TURMA. 1. O embargante, inconformado, busca efeitos modificativos com a oposição destes embargos declaratórios uma vez que pretende ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. 2. Não há vício algum no acórdão que reitera a fundamentação constante na decisão monocrática, desde que a prestação jurisdicional seja dada na medida da pretensão deduzida. As alegações contidas no agravo regimental não podem inovar as razões que foram suscitadas no recurso especial. 3. Assim, se as questões colocadas o julgamento são as mesmas, não há ilegalidade alguma em se reiterar a fundamentação da decisão, submetendo-a ao conhecimento e aprovação do órgão colegiado. 4. Por fim, é cediço que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu. Embargos de

ERIK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

*declaração rejeitados. EDcl no AgRg no REsp 1295636 / RS. Rel. Humberto
Marins de Barros. DJe 18/06/2012. Decisão unânime. (grifei)*

Como se vê, não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade, o embargante está pretendendo rediscutir a questão, para modificar decisão em seu desfavor, o que não se admite em sede de embargos declaratórios.

Dessa feita, estando satisfatoriamente fundamentado o posicionamento adotado pelo órgão colegiado no julgamento do Recurso de Agravo, não prosperam as razões da autarquia embargante.

Por tais razões, **NEGO PROVIMENTO** aos embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator